



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**  
**REQUERIMENTO Nº 14**

**(Do Sr. Domingos Sávio e outros)**

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater acerca dos graves fatos noticiados na mídia referente a perda do fundo de pensão da Petrobras.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do RICD que, ouvida a Comissão, seja realizada Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater acerca dos graves fatos noticiados na mídia referente a perda do fundo de pensão da Petrobras.

Indicamos para debater o tema:

- Presidente da Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS;
- Presidente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC;
- Representante dos funcionários da Federação Única dos Petroleiros – FUP.



## JUSTIFICAÇÃO

A possibilidade de uma aposentadoria tranquila e segura é o sonho de todo trabalhador, dessa forma servidores e empregados públicos investem uma parcela de seus salários em previdência complementar.

O jornal O GLOBO, do dia 27 de abril do corrente ano, publicou matéria denunciando a crise no fundo de pensão da Petrobras, onde consta um prejuízo de 2,8 bilhões..

Diz a reportagem::

### **PT provoca crise em fundo de pensão da**

#### **Petrobras**

- Fundo de pensão controlado por sindicalistas ligados ao PT tem perda de até R\$ 500 milhões
- Ingerência política fez Petros assumir mais de 40 planos deficitários

ALEXANDRE RODRIGUES

Publicado:27/04/14 - 7h00

Atualizado:27/04/14 - 8h45

RIO - Enquanto a ingerência política mergulha a Petrobras numa das maiores crises de sua História, o fundo de pensão dos funcionários da estatal, a Fundação Petros, vive dias turbulentos pelos mesmos motivos. Pela primeira vez em dez anos, as contas da entidade foram rejeitadas por unanimidade por seu conselho fiscal. Nem mesmo os dois conselheiros indicados pela Petrobras no colegiado de quatro cadeiras recomendaram a aprovação das demonstrações financeiras de 2013, que apontaram um déficit operacional de R\$ 2,8 bilhões no principal plano de benefícios dos funcionários da estatal e um rombo que pode chegar a R\$ 500 milhões com despesas de administração de planos de outras categorias. Mesmo assim, as contas foram aprovadas no órgão superior da entidade, o conselho deliberativo, abrindo uma crise interna no fundo.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Um grupo de conselheiros eleitos descontentes resolveu recorrer à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão que fiscaliza fundos de pensão, para denunciar a direção da Petros, controlada por sindicalistas ligados ao PT desde 2003. Os resultados dos investimentos da fundação têm recebido pareceres contrários do conselho fiscal há dez anos, mas apenas com o voto dos conselheiros eleitos pelos funcionários. No entanto, as contas sempre foram aprovadas pelo conselho deliberativo, órgão superior, no qual a Petrobras, patrocinadora do fundo, indica o presidente, tendo direito a voto de desempate. A estatal, no entanto, nem tem precisado usar esse recurso.

O conselho deliberativo tem seis integrantes, três eleitos pelos funcionários e três indicados pela Petrobras. Um dos eleitos pelos empregados, Paulo Cezar Chamadoiro Martin, passou a votar com os conselheiros da Petrobras, aprovando decisões por maioria simples. Foi o que aconteceu no último dia 31 de março, quando o conselho deliberativo ignorou o parecer unânime do conselho fiscal e aprovou as contas da Petros sem sequer mencioná-lo. Martin é dirigente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), entidade ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), braço sindical do PT. Sindicalistas ocupam cargos de confiança na Petrobras, que tem obtido apoio da FUP na Petros.

Os conselheiros vencidos, um suplente e dois conselheiros fiscais também eleitos pelos funcionários foram a Brasília entregar à Previc duas denúncias e duas consultas pedindo maior rigor na fiscalização das contas do fundo.

Nos documentos, obtidos pelo GLOBO, eles apontam que o principal motivo da reprovação das contas da Petros pelo conselho fiscal foi o fato de a maioria dos quase 40 planos de outras categorias que passaram a ser geridos pela fundação durante o governo Lula ser deficitária: não geram recursos suficientes para pagar os custos de administração. Esses custos estão saindo do mesmo fundo de administração dos dois planos originais da Petros, que terão de pagar a aposentadoria de 75 mil funcionários da Petrobras e suas subsidiárias. O cálculo dos conselheiros, baseado em dados que atribuem à própria Petros, é que, em cinco anos, os dois planos perderam pelo menos R\$ 200 milhões. Esse montante, alegam, pode chegar a R\$ 500 milhões, se for corrigido.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

<http://oglobo.globo.com/pais/pt-provoca-crise-em-fundo-de-pensao-da-petrobras-12310799>

Conforme a reportagem é possível depreender que nem mesmo os conselheiros eleitos estão satisfeitos com as contas da entidade, que, a priori, foram rejeitadas por unanimidade por seu conselho fiscal. O demonstrativo financeiro de 2013 apontou um déficit operacional de R\$ 2,8 bilhões no principal plano de benefícios dos funcionários da estatal. Tanto é que um grupo de conselheiros recorreu a Previc, órgão que fiscaliza os fundos de pensão, para denunciar a direção da “**Petros**”, controlada por sindicalistas ligados ao PT desde 2003. Ou seja, mesmo contrariando o conselho fiscal as contas foram aprovadas pelo órgão superior da entidade, o que não podemos admitir.

Portanto, diante do que foi divulgado, é imprescindível a promoção do debate objetivando elucidar os fatos e prestar esclarecimentos aos empregados públicos da Petrobras.

Nesse sentido conclamo os pares a aprovarem o presente requerimento.

Sala da Comissão, em        de        de 2014.

**Dep. Domingos Sávio**  
**PSDB/MG**